

Governança da política econômica

Uma eficiente política econômica necessita sobretudo de um inteligente sistema de governança. A adoção de um modelo adequado, dinâmico e moderno de gestão para a política econômica nacional evitaria a repetição de dissabores ou a recorrência a insucessos como o do endividamento sem investimento ou da estabilidade sem crescimento, enfrentados pela nação brasileira em passado recente.

Devemos evitar tratar o tema de maneira personalista, relacionando-o a mudanças de cargos ou de pessoas. O que o País precisa é de uma melhoria no método de trabalho, de um modelo institucional de governança que alcance mais consenso em seus fundamentos e, assim, confira maior nitidez à política econômica e reforce também a autoridade governamental.

Reconhecemos os esforços do governo federal para manter a estabilidade da economia, bem como consideramos sustentável enfrentar o desafio do crescimento com o atual sistema de metas da inflação.

O que não é possível é subordinar a condução da economia brasileira às fórmulas estritas da política monetária — que deve, sim, estar integrada e a serviço da política econômica nacional. A estabilidade monetária deve ser um incentivo para a produção e renda, o que não ocorre atualmente.

Por isso, os padrões conceituais e institucionais de governança monetária não podem ser os mesmos que, em períodos anteriores, produziram a maior expansão da dívida pública brasileira sem os investimentos correspondentes. A atual forma institucional de governança da política monetária não incorpora em seu processo nenhum contrapeso a uma visão estritamente monetarista da economia.

Após diversos diálogos com empresários e economistas apresentamos abaixo contribuições para o aperfeiçoamento da governança da política econômica de nosso país.

1) Adotar uma política monetária pró-desenvolvimento — A governança da política monetária não pode estar voltada a interesses específicos do setor bancário e dos aplicadores financeiros e não deve ficar restrita às expectativas dos agentes do mercado financeiro. A política monetária, ao invés de um entrave, precisa funcionar como uma alavanca para o desenvolvimento econômico do País.

2) Sintonizar a política monetária com a política econômica geral — Trata-se de superar as inconsistências existentes entre a política monetária atual, pautada por decisões de curto prazo, com as metas da política econômica, de médio e longo prazo. O sistema de metas de inflação deve ter como

objetivo principal a estabilidade das taxas inflacionárias a longo prazo e a redução da volatilidade da atividade produtiva a curto prazo. É incongruente buscar estabilidade monetária e, ao mesmo tempo, vivenciar bruscas oscilações em atividades produtivas, como vem ocorrendo nas últimas décadas.

3) Implementar sistema baseado no "núcleo da inflação" — Remover os componentes associados a choques de oferta externos da fórmula de cálculo do IPCA — O sistema de metas da inflação deve ser orientado para sua função original, de controlar a inflação de demanda. Atualmente, pressões temporárias de custos estimulam expectativas inflacionárias indevidas.

4) Ampliar o número de membros do CMN — O Conselho Monetário Nacional passaria a contar com nove membros, em vez de três. Além dos membros atuais, fariam parte

ainda os ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Ciência e Tecnologia; e o presidente do BNDES. Também seriam nomeados pelo presi-

dente da República outros três integrantes, com notório conhecimento na área, indicados pelas confederações empresariais, centrais sindicais de trabalhadores e pela associação que congrega todos os centros de pós-graduação em economia do País.

5) Criar o Conselho Econômico da Presidência — Um grupo de cinco a sete profissionais de notório conhecimento em economia, sem funções no Executivo, comporia um corpo auxiliar de aconselhamento e facilitaria o acesso a outros profissionais para o diálogo de pontos específicos.

6) Determinar longa quarentena aos participantes do Copom — Por cinco anos, após deixarem a função, os membros do Conselho de Política Monetária (Copom) ficariam impedidos de prestar serviços a operadoras do mercado financeiro, ampliando a isenção presente e futura dos operadores do interesse público.

7) Estabelecer autonomia operacional para o Banco Central — O BC deve ser um executor e não um formulador de objetivos e metas da política monetária nacional. Adotadas as sugestões anteriores, o BC poderia efetivamente assumir com autonomia suas verdadeiras funções operacionais.

Com essa modernização do sistema de governança da política econômica, preservaremos os interesses econômicos da nação, a capacidade governamental dos eleitos democraticamente e a condução do País pelo caminho do desenvolvimento.

* Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep).